An aerial, high-angle photograph of a paved plaza. The ground is composed of large, light-colored stone tiles. In the center, there is a large, square, decorative tile pattern with a diamond shape inside. Numerous people are walking across the plaza, their dark silhouettes and long shadows cast against the light tiles. Pigeons are scattered across the ground, some standing and some in flight. The overall scene is captured in a high-contrast, black and white style.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A sociologia e as formações sociais

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 A sociologia e as formações sociais / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Wesley Anderson de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0663-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.631222009>

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Souza, Wesley Anderson de (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Apresentamos a obra “Sociologia e as Formações Sociais”. A sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações formadas entre os seres humanos e o ambiente em que vivem, incluindo a participação em comunidades, grupos e organizações. Parte dos seus interesses de investigação relacionam-se com as mais diversas culturas e formações sociais. Este trabalho está organizado em 6 capítulos teóricos cujos objetivos confirmam a compreensão e classificação das formações sociais, comunidades e agrupamentos humanos. O tema do primeiro capítulo é “A Presença Moura no Brasil na perspectiva de Gilberto Freyre e Câmara Cascudo” e gira em torno das seguintes palavras-chave: presença moura no Brasil, árabes e identidade nacional. O capítulo dois, “A Representação Simbólica do Negro no Livro Didático Escolar: Uma Leitura de Norbert Elias. Capítulo três, “O problema ambiental como problema social”. Capítulo quatro, “Sociologia do conhecimento: atualidade e pertinência”. Capítulo cinco, “Sociologia: surgimento e importância em diferentes cursos de graduação”. Capítulo seis, “Novas tecnologias e desafios à democratização do acesso: como a exclusão digital afeta os catadores de materiais recicláveis no Brasil”. A obra intercrusa, pesquisas e estudos de pesquisadores das seguintes instituições: Instituto de Cultura Árabe Brasileira, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Universidade Estadual do Paraná e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com isso, a obra, acaba sendo um convite à emersão social e a reflexões sobre a Sociologia e as Formações Sociais. Desejamos a todos boa sorte na leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Wesley Anderson de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESENÇA MOURA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DE GILBERTO FREYRE E CÂMARA CASCUDO	
Patricia Dario El-moor Hadjab	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220091	
CAPÍTULO 2	11
A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA LEITURA A PARTIR DE NORBERT ELIAS	
Ana Flávia Braun Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220092	
CAPÍTULO 3	27
O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220093	
CAPÍTULO 4	38
SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: ATUALIDADE E PERTINÊNCIA	
Adelcio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220094	
CAPÍTULO 5	45
SOCIOLOGIA: SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA EM DIFERENTES CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220095	
CAPÍTULO 6	61
NOVAS TECNOLOGIAS E DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: COMO A EXCLUSÃO DIGITAL AFETA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL	
Isabelle Vieira Barros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220096	
SOBRE OS ORGANIZADORES	71
ÍNDICE REMISSIVO	73

CAPÍTULO 2

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA LEITURA A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Data de aceite: 01/09/2022

Ana Flávia Braun Vieira

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela
Universidade Estadual de Ponta Grossa
<http://lattes.cnpq.br/4186340073318174>

RESUMO: Dado que as existências em qualquer sociedade são orientadas pelos saberes que nela circulam, este trabalho discutiu, com base em Norbert Elias, a constituição do fundo de conhecimento sobre a contribuição dos negros na história do Brasil, a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Para tanto, visando trazer elementos empíricos para fundamentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e Scopus, buscando artigos acadêmicos que analisaram como a população negra vem sendo representada nos livros didáticos brasileiros. Com base nos principais achados dessas pesquisas, foram problematizados os conteúdos que compõem o fundo social de conhecimento, bem como a noção de civilização e como esta pode interferir na apreciação da contribuição da população negra na constituição social brasileira (passada e presente). Os resultados do estudo afirmam a necessidade de uma pedagogia decolonial, que possibilite debater a interculturalidade. Compreendendo que as atitudes humanas são decorrentes das aprendizagens que possuem, é fundamental uma educação que amplie os

saberes acerca da contribuição da população negra para o Brasil, promovendo o alargamento das redes de interdependência dos indivíduos e a ressignificação positiva da representação simbólica de pretos e pardos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Norbert Elias. Educação Básica. Fundo social de conhecimento. Relações étnico-raciais. Livros didáticos.

THE SYMBOLIC REPRESENTATION OF BLACK PEOPLE IN TEXTBOOKS: A READING FROM NORBERT ELIAS

ABSTRACT: Given that existences in any society are guided by the knowledge that circulates in it, this paper discussed, based on Norbert Elias, the constitution of the knowledge stock on the contribution of black population in the Brazil's history, from its symbolic representation in textbooks. In order to do that, aiming bring empirical elements to support the discussion, a bibliographic research was carried out in the Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo and Scopus databases, looking for academic papers that analyzed how the black population has been represented in Brazilian textbooks. Based on the main findings of these researches, the content that make up the social knowledge stock were problematized, as well the notion of civilization and how it can interfere in the appreciation of the contribution of the black population in the Brazilian social constitution (in the past and now). The study results affirm the need for a decolonial pedagogy, which makes it possible to debate interculturality. Understanding that human attitudes are a result of the learning they have, an education that expands

knowledge about the contribution of the black population to Brazil is essential, promoting the expansion of the networks of interdependence of individuals and the positive resignification of the symbolic representation of black and mixed race population in the country.

KEYWORDS: Norbert Elias. Public Education. Social stock of knowledge. Ethnic-racial relations. Textbooks.

1 | INTRODUÇÃO

Todas as sociedades humanas partilham entre si um fundo social de conhecimento e, portanto, de experiências (ELIAS, 1994). Esse conjunto de saberes é cumulativo e “pertence a cada grupo humano, que dentro dele age, sente e pensa. Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo” (SÁ, 1998, p. 09). Durante o processo de desenvolvimento de um ser humano, de sua infância à vida adulta, partes desse fundo de conhecimento da sociedade em que crescem é adquirido, integrando-o num “universo de conhecimento que resulta das experiências de muitas outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 39). O desenvolvimento de um indivíduo, portanto, perpassa os elementos que compõem tal “patrimônio de saber” (ELIAS, 1998, p. 10).

É a partir deste fundo social de conhecimento que cada sociedade escolhe os saberes que deixarão às próximas gerações – afinal, cada grupo humano desenvolve situações de aprendizagem para ensinar à sua descendência os saberes, crenças e gestos que os tornarão seres humanos completos, de acordo com o imaginário idealizado naquela sociedade (BRANDÃO, 2013). Nas sociedades modernas, além das interações sociais, uma importante forma de transmissão de tais conteúdos é educação formal.

Por mais que a educação informal e a educação não formal estejam também relacionadas a esse fundo, suas formas podem ser muito variadas (MARANDINO, 2017). A educação escolar, no entanto, possui uma estrutura que – a despeito das variações regionais – apresenta certa homogeneidade em sua forma e conteúdo. Por alcançar grande parte da população, é por meio da escola que são veiculados os conhecimentos produzidos pela humanidade que são compreendidos como fundamentais às próximas gerações. O currículo escolar é, portanto, resultado dos processos de seleção dos conhecimentos historicamente sistematizados (PARANÁ, 2008).

Uma vez que os seres humanos orientam suas existências a partir das referências que possuem (ELIAS, 1994), o controle dos elementos que compõem o fundo social de conhecimento de dada sociedade e a forma como tais saberes são ensinados são objetos de disputa nas relações de poder – afinal, ao contribuir para evidenciar ou silenciar determinado conteúdo, os dominantes podem influenciar os processos de desenvolvimento social a seu favor. Um exemplo disso é a forma como a história do Brasil vem sendo contada sob a perspectiva do branco colonizador, enaltecendo as qualidades civilizatórias destes e hierarquizando em posição inferior culturas diferentes das suas (SILVA, 2013). Essa forma de compreender a história do Brasil, exaltando as qualidades de um grupo em

detrimento de outro, tem impactos direto nos processos de exclusão da população negra das oportunidades de poder¹.

É por essa razão que as críticas sobre os discursos racistas presentes no espaço escolar, especialmente nos livros didáticos brasileiros, são, há muito tempo, pauta dos movimentos negros. Se o fundo de conhecimento passado às gerações futuras por meio dos livros didáticos orienta as existências em interdependência, para os ativistas é fundamental “extirpar dos livros didáticos, dos currículos e das práticas de ensino os estereótipos e os preconceitos contra os negros” (SILVA, 2013, p. 129), positivando a participação da população negra no desenvolvimento do país – que sem sua contribuição jamais estaria no estágio de desenvolvimento atual.

A partir da redemocratização do Brasil, na década de 1980, os movimento negros vêm questionando a forma como sua história e cultura têm sido abordadas no espaço escolar (SILVA, 2013). Da década de 1980 aos dias atuais, diversas foram as conquistas no campo educacional. A alteração na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), feita por meio da Lei 10.639/03, que incluiu o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo da Educação Básica, foi um grande avanço para o combate ao racismo no país. A partir de 2005, os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) passaram a estabelecer que os livros didáticos deveriam também observar a nova lei (SANTOS, 2013). A rigor, isso implicou na “valorização e reconhecimento da participação de negras e negros na história brasileira e africana, através da ampliação dos referenciais textuais e iconográficos”, bem como “da exigência de uma nova abordagem sócio-histórica e cultural sobre a população negra” (MULLER, 2018, p. 78).

Essas leis são marcos importantes de pautas reconhecidas pelo Estado e que se pretende alcançar coletivamente. Especialmente em relação ao PNLD, pode-se considerar a inclusão de questões relativas à história e cultura africana e afro-brasileira como um passo importante – já que os livros didáticos figuram entre os principais recursos empregados por professores no fazer escolar e atingem grande parte da população (MULLER, 2018). Essa determinação estimula que a temática, a partir de sua inclusão formal no currículo, passe agora também a compor o fundo social de conhecimento a ser “herdado” por meio da educação escolar, alterando as existências em interdependência. No entanto, após alguns anos desses marcos legais, qual é a representação simbólica da população negra divulgada nos livros didáticos? Quais são os saberes coletivos que sustentam tal representação?

Nessa perspectiva, este trabalho discutiu os elementos que constituem o fundo de conhecimento acerca dos negros a história do Brasil (passada e atual), a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Para tanto, visando trazer elementos empíricos para fundamentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e

¹ Nessa perspectiva, compreende-se que o racismo é uma das consequências de práticas sociais que privilegiam os brancos, “desprezando a existência do negro (e do indígena) na sociedade brasileira” (SANTOS, 2013).

Scopus, buscando artigos acadêmicos que analisaram como a população negra vem sendo retratada nos livros didáticos brasileiros. Com base nos referenciais teóricos de Norbert Elias, a partir dos principais achados das pesquisas consultadas, foram problematizados aspectos dos saberes que compõem o fundo social de conhecimento sobre os negros, bem como a noção de civilização e como esta pode interferir na apreciação da participação dessa população para a constituição social brasileira.

Nesse sentido, o desenvolvimento desse estudo possui dupla relevância: ao apresentar uma possibilidade teórica de utilizar os escritos de Norbert Elias sobre sociologia do conhecimento para pensar questões relativas à educação, espera-se evidenciar as disputas pelo poder de influenciar a constituição dos fundos sociais de conhecimento acerca da população negra, demonstrando que, enquanto construções sociais, estes saberes podem ser paulatinamente alterados visando uma educação – e, por extensão, uma sociedade – mais inclusiva porque não hierárquica.

2 | DESENVOLVIMENTO

Existem diversas formas de representações simbólicas. Os mapas são uma delas; as línguas outra. As pessoas que falam português quando pretendem fazer uma observação sobre o céu diurno podem usar o padrão sonoro “sol”. Nesta língua, este padrão sonoro representa simbolicamente o corpo celeste mais importante para a existência de vida na Terra. Segundo Elias (1994, 04), “Com o auxílio de uma ampla gama de padrões sonoros como este, os seres humanos têm a capacidade de comunicar entre si. Eles podem armazenar conhecimento na sua memória e transmiti-lo de uma geração para outra”. Este é uma maneira muito própria de “estandarização social”, que permite que o mesmo padrão sonoro seja reconhecido por todos os membros de uma sociedade, mais ou menos com o mesmo sentido. Trata-se da elaboração de “símbolos que representam o mesmo tipo de conhecimento”.

A estruturação das línguas, no entanto, não é fortuita. Seu desenvolvimento é determinado por sua função social como meio de comunicação. É por essa razão que determinados termos são intraduzíveis, porque respondem às relações de comunicação específicas do local onde se desenvolve. Como cada formação social possui relações de poder próprias, “A capacidade de controlar os padrões de conhecimento e da fala numa sociedade é, geralmente, um aspecto concomitante da distribuição das oportunidades de poder em uma sociedade” (ELIAS, 1994, p. 08). E nas disputas de poder, o controle do conhecimento desempenha um papel decisivo.

Embora apenas a partir do século XX os seres humanos tenham passado a desenvolver um conhecimento mais congruente com a realidade, desde o início do desenvolvimento da espécie, os seres humanos têm aprendido com seus antepassados, armazenado este conhecimento e se beneficiando com “as experiências ancestrais realizadas e transmitidas,

ao longo do tempo, através de uma sequência contínua de gerações” (ELIAS, 1994, p. 16). De acordo com Kilminster (1994), foi a capacidade humana de orientar o comportamento através do conhecimento aprendido que permitiu que a espécie chegasse ao estágio de desenvolvimento atual.

Esse fundo social de conhecimento, que pode ser caracterizado como um depósito de experiências anteriores, é cumulativo e “pertence a cada grupo humano, que dentro dele age, sente e pensa. Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo” (SÁ, 1998, p. 09). No entanto, é preciso questionar o que é transmitido e a forma como é transmitido – uma vez que esse “patrimônio de saber” (ELIAS, 1998, p. 10) pode ser usado a favor das relações de dominação no interior de determinada formação social.

Toda criança, inevitavelmente, assim que nasce, passa a adquirir “partes do fundo de conhecimento da sociedade em que crescem” (ELIAS, 1994, p. 38). Além das experiências em seu círculo familiar e social mais próximo, a escola é uma das instituições responsáveis pela transmissão dos saberes socialmente reconhecidos como importantes para as próximas gerações – tanto que compõem as diretrizes e currículos de ensino. Tais saberes são “condição para eles poderem orientar-se no seu mundo e manter a sua existência entre as outras existências” (ELIAS, 1994, p. 76). Nessa perspectiva, é possível afirmar que o conhecimento é um meio de orientação: os indivíduos pensam, sentem e agem a partir das informações que possuem. Se um tema é enfatizado ou silenciado, isso com certeza tem impacto sobre os aprendizes.

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível pensar também o caminho inverso: quando observada alguma injustiça social direcionada a determinado grupo, deve-se questionar qual é a extensão do saber que se tem sobre aquela população. Tal questão é clara no Brasil quando o assunto é desigualdade racial: os que mais sofrem preconceito, os pretos e os pardos, são aqueles que até recentemente só apareciam nos livros didáticos como escravos ou em posições de vulnerabilidade – postura decorrente de “padrões racistas de pensamento e estruturas (...) difundidos em nossa sociedade” (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1084). Isso significa dizer que o fundo social de conhecimento brasileiro apresenta elementos de uma mentalidade colonial², ancorada na “propagação ideológica da superioridade/inferioridade de indígenas e negros em relação ao branco, emergindo assim as significações teóricas que espraiaram-se na propagação do racismo nos livros escolares e materiais didáticos amplamente utilizados nas escolas brasileiras” (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1087).

Sendo o livro didático um “suporte fundamental na mediação entre o ensino e

2 Considerando o processo de escolarização em uma perspectiva de longa duração, é possível afirmar que a hierarquização entre brancos e negros acompanhou o desenvolvimento da educação formal no país desde o início, já que a educação ministrada pelos jesuítas “desvalorizavam e deslegitimam os sentidos para os saberes pedagógicos e filosóficos que (...) [fugiam] ao processo civilizatório, predominantemente ocidental” (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1088).

aprendizagem”, este configura-se como um “instrumento de controle curricular e de ensino” (SOUSA, SILVA, 2019, p. 480). Daí a necessidade de políticas públicas educacionais que contribuam para reequilibrar a balança de poder entre brancos e negros, que faz o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira pela Lei 10.639/03, alterando a redação da Lei de Diretrizes e Bases da educação e os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, foi fundamental para demarcar um patamar mínimo desejável para a representação simbólica da população negra do espaço escolar. Com essa lei o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de alterar os elementos que constituem a imagem dos negros decorrente do fundo social de conhecimento transmitido pela instituição escolar, visando uma sociedade mais justa e igualitária³.

Especificamente sobre os livros didáticos, de acordo com Silva (2013, p. 133), os editais do PNLD sofreram atualizações, passando dos “genéricos critérios de eliminação para uma redação *positiva*, que induz a valorização via promoção da diversidade”, incorporando “normativas legais” e explicitando às editoras participantes do programa “critérios explícitos de valorização de grupos étnico-raciais”. Essa pressão governamental para a promoção da igualdade no espaço escolar, por meio de livros didáticos que democratizem a história e a participação dos negros na constituição nacional (no passado e no presente), é fundamental para reestruturar os saberes do fundo social de conhecimento brasileiro, transformando os elementos que sustentam a representação simbólica da população negra. Do ponto de vista legal, trata-se de um grande avanço visando a democratização no país. Mas como essa intenção de valorização da história e cultura africana e afro-brasileira tem se materializado nos materiais didáticos? Qual a representação simbólica da população negra veiculada pelos livros? Quais são os elementos do fundo social de conhecimento que afirmam tais representações?

2.1 Metodologia

Visando trazer elementos empíricos para fomentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que buscou contemplar as publicações mais recentes e as mais citadas sobre a representação dos negros em livros didáticos. Com base neste material, será realizada uma reflexão teórica sobre a temática, não sendo objetivo deste trabalho apresentar análises de conteúdos de livros didáticos e/ou paradidáticos ou realizar um estado da arte sobre a pesquisas acadêmica no assunto.

Para ter acesso às pesquisas mais recentes sobre a temática, foi realizada uma pesquisa com os termos “livro didático negro” e “livro didático negra” nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e Scopus⁴. Os critérios de

³ Existe, portanto, uma “complexa relação entre políticas de promoção de igualdade e programas de distribuição de livros” (SILVA 2013, p. 129).

⁴ Consulta realizada em 27 mai. 2021.

inclusão foram: textos que analisaram livros publicados até 2017⁵; em língua portuguesa; e revisados por pares. Desta consulta, após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados 6 artigos. São eles:

Id.	Ano	Autores	Título	Objetivo
A1	2003	ROSEMBERG, F. BAZILI, C. SILVA, P. V. B.	Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura	Analisar a produção brasileira sobre expressões de racismo em livros didáticos sob dois ângulos: publicações que enunciam o racismo e publicações que se referem ao combate ao racismo
A2	2013	SILVA, P. V. B. TEIXEIRA, R. PACÍFICO, T. M.	Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos	Analisar a relação entre políticas de promoção da igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos
A3	2013	SANTOS, W. O.	Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do Estado do Paraná, Brasil	Analisar a presença de personagens negros e brancos em ilustrações dos livros de Geografia regionais do Paraná para o Ensino Fundamental para discutir formas de hierarquização entre grupos raciais
A4	2016	GUIMARÃES, T. M. S. G. S. ABREU-BERNARDES, S. T.	O desvelar da África em criações artísticas em livros didáticos de história do Ensino Fundamental	Analisar criações artísticas africana e afro-brasileira em livros didáticos de história do Ensino Fundamental
A5	2017	SILVA FILHO, J. B.	Abordagens ideológicas e historiográficas sobre o negro nos paradidáticos e didáticos	Fazer um convite à reflexão, incentivando leitores e acadêmicos a compreender melhor os discursos verbais e iconográficos sobre a história do negro em livros didáticos e paradidáticos,
A6	2019	SOUZA, D. M.; SILVA, M.	Mulheres negras, currículo e ensino de história no livro didático de estudos amazônicos	Analisar como as modificações no currículo têm interferido no ensino de história do negro no estado do Pará, bem como investigar o processo de descolonização dos currículos na escola (por meio dos livros didáticos)

QUADRO 01 – resultado pesquisas mais recentes

Fonte: A autora.

Para ter acesso às pesquisas mais citadas sobre os negros nos materiais didáticos, foi realizada uma pesquisa no Google Scholar com os termos “livro didático negro” e “livro didático negra”⁶. Diante do número expressivo de resultados, foram selecionados os 10 textos mais citados. Para esta seleção, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves. Os artigos envolvendo a temática são:

⁵ Os livros analisados devem ser anteriores a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as novas regulamentações referentes à produção de livros didáticos.

⁶ Consulta realizada em 27 mai. 2021.

Id.	Ano	Citações	Autores	Título	Objetivo
A7	s/d	30	SILVA, A. C.	As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes	Investigar as transformações na representação social dos negros nos textos e ilustrações do livro didático de Comunicação e Expressão de Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos e os fatores determinantes dessas transformações
A8	s/d	10	TEIXEIRA, R.	A representação social do negro no livro didático de História e de Língua portuguesa	Estudar a representação do negro brasileiro no livro didático de português e de história, objetivando apontar o papel da linguagem visual dos livros na atenuação ou perpetuação do racismo no Brasil
A9	1987	84	PINTO, R. P.	A representação do negro em livros didáticos de leitura	Discutir a questão da democratização da escola, com base na análise da representação das diferenças étnicas em livros didáticos de leitura
A10	1987	21	TRIUMPHO, V. R. S.	O negro no livro didático e a prática dos Agentes de Pastoral Negros	Analisar a presença negra nos livros didáticos e como os membros da Agencia de Pastoral Negros podem atuar para modificar o quadro
A11	1987	03	SILVA, A. C.	Esteretótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático de Comunicação e Expressão do 1º grau – nível I	Investigar os estereótipos e preconceitos em relação ao negro nos livros didáticos de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I, como instrumentos de transmissão de uma ideologia de inferiorização
A12	1995	24	ORIÁ, R.	O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações	Realizar uma análise crítica acerca da imagem do negro, sua história e sua cultura, na produção editorial do país
A13	2012	15	JESUS, F. S.	O “negro” no livro didático de história do Ensino Médio e a Lei 10.639/03	Investigar a representação do negro no livro didático de História do Brasil
A14	2015	04	SILVA, F. C.	A análise da representação do/a negro/a em um livro didático	Analisar as relações raciais em um livro didático de Português do 5º ano do Ensino Fundamental
A15	2018	06	MULLER, T. M. P.	Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte	Mapear a produção acadêmica brasileira a respeito do livro didático e relações étnico-raciais (por meio de teses, dissertações e artigos)

A16	2019	04	IFACIREÓ, M. M.; SOUZA, T. O.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; SOUSA, M. S. C;	Educação intercultural e suas ambivalências com o estrangeiro. Um estudo sobre a representação social do negro no livro didático	Destacar a contribuição que o material escolar pode dar, por um lado, dar à educação intercultural; e por outro lado, acentuar os nuances em que o racismo e o preconceito direcionados ao negro podem contribuir com a representação negativa destes na sociedade
-----	------	----	---	--	--

QUADRO 02 – resultado pesquisas mais citadas

Fonte: A autora.

Após esses encaminhamentos metodológicos, seguiu-se para a exploração do material. Nesta etapa foi realizada a leitura integral dos textos, destacando para a discussão a seguir os principais achados. A apresentação destes elementos empíricos foi organizada de maneira cronológica, visando uma análise processual de avanços, rupturas e permanências na constituição da representação simbólica dos negros nos livros didáticos.

Ano	Id.	Principais achados
s/d	A7	A análise dos dados demonstrou mudanças significativas na representação do negro, em relação aos livros didáticos da década de 1980, “no que tange à sua humanidade, cidadania, territorialidade, status sócio-econômico e integração com outras raças/ etnias (branco e amarelo), nos grupos sociais”. No entanto, ainda é subrepresentado nas ilustrações; o negro aparece como uma minoria (SILVA, s/d, p. 12).
s/d	A8	Entre as constatações da pesquisa, os autores “demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas de acordo com a visão eurocêntrica” – já que este aparece em “condições de submissão, sem história, sem cultura, sem conhecimento”. Especialmente nos livros de história, civilizações ocidentais, como Grécia e Roma, “continuam requerendo de autores espaços privilegiados, apresentadas como modelo imprescindível para o conhecimento. É a visão eurocêntrica se perpetuando” (TEIXEIRA, s/d, p. 29).
1987	A9	A análise dos livros revelou que “À cor branca, se atribui o estatuto de normalidade e da universalidade”; os negros aparecem em maior proporção como personagens folclóricos ou como coadjuvante nas histórias. Os personagens negros e mestiços dos livros apareciam “revestidos de atributos que reforçam imagens negativas e estigmatizantes: frequentemente caracterizado como pobre, sem escolaridade, “ocupando-se principalmente nas atividades mais humildes, isto quando não lhes é negado o status de trabalhador livre, pois sua “profissão” mais frequente é a de escravo. Por isso, faz-se necessário investir na formação de professores para que possam trabalhar criticamente o material didático com os alunos. Ademais, é preciso criar materiais não discriminatórios (PINTO, 1987, p. 89).
1987	A10	A reflexão realizada ensina que “A marginalização de nossa comunidade negra na sociedade não é vista, até hoje, como consequência de um processo histórico e, sim, tendo nossa própria raça como causa dessa situação”. Como os negros são representados como malandros, preguiçosos, pobres, “Essa negatividade contra nós, foi e ainda está sendo transposta para os livros didáticos, justamente por ser o pensamento da sociedade dominante” (TRIUMPHO, 1987, p. 93).

1987	A11	Segundo a autora, em uma sociedade diversa como a brasileira, “o sistema de ensino privilegia a cultura branca com o objetivo de promover <i>desculturação</i> e o branqueamento”, por meio da imposição de um padrão que se apresenta como o único correto e também por meio de “um processo de interiorização dos padrões, valores, cultura e história dos grupos dominados”. A pesquisa aponta no livro didático, com poucas exceções, o negro “é apresentado como minoria e em último lugar. É associado em ilustrações e textos a mau, incapaz, feio, sujo, malvado”. Tais estereótipos supostamente justificariam a exploração e a opressão dessa população (SILVA, 1987, p. 96-97).
1995	A12	A pesquisa revelou que “são raros os livros que mostram o negro como sujeito de sua própria história” ou apresentam a existência de diversas formas de resistência à escravidão. “Nos textos didáticos, o negro é citado apenas no passado, como se não existissem negros no Brasil de hoje”. Quando aparecem, são representados em figuras subalternas, sendo que “as melhores profissões são sempre exercidas por brancos”. Entre os principais achados é possível destacar que, de maneira geral, o negro é representado no livro didático: associado à preguiça, “a mau, a animal, a feio, a favelado, a incapaz, a louco”; exercendo “atividades inferiores”; caricaturado, resignado, humilhado pelo branco; “negro apresentado como objeto, sem nomeação, sem família e origem (ORÍÁ, 1995, p. 158 e 161).
2003	A1	Ao analisar as principais ações que vinham sendo desenvolvidas para combater o racismo nos livros didáticos, com destaque para a Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003, são observados avanços, mas com apreensões. São elas: “inadequação na formação de professores quanto à matéria e na reduzida retaguarda de material didático de qualidade para o uso de alunos e professores”; e que o mercado editorial, ao atender a lei, se contente com representações estereotipadas, sem debater relações raciais no Brasil (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003, p. 142).
2012	A13	Os resultados desse estudo “apontam para a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, pois a invisibilidade da população negra constitui para uma possível desmobilização desse contingente populacional por não se vê-los como ativos nos processos políticos do país que cultiva o mito da democracia racial, e continua vinculando imagens pejorativas ao cotidiano de afrodescendentes sem contextualizar os motivos das condições materiais e simbólicas ‘inferiores’ as dos brancos” (JESUS, 2012, p. 141).
2013	A2	Nos livros de língua portuguesa, história e geografia analisados foram observadas mudanças muito tênues. Já os livros didáticos de ciências apontaram maiores novidades nos discursos, valorizando personagens negros e os apresentando em “posições socialmente valorizadas e figurando como representantes da espécie humana, em discursos que comunicam que é normal ser negro”, “embora ainda com presença de velhas formas de hierarquia, a começar pela sub-representação” (SILVA; TEIXEIRA; PACÍFICO, 2013, p. 140).
2013	A3	Os livros didáticos de Geografia do estado do Paraná apresentam o elemento branco como “os representantes máximos do povo paranaense, restando, ao negro, o papel de outro nessa sociedade”. Ademais, a forma como determinados espaços do livro foram organizados “indica que esse está distante de ser considerado capaz de fazer parte da construção do saber científico”. Um ponto positivo foi a ausência de personagens negros espaços de vulnerabilidade social. Assim, a pesquisa indicou que “as práticas racistas persistem no discurso dos livros didáticos de geografia do Paraná, mas de maneira mais implícita, sem recorrer a estereótipos do negro folclorizado” (SANTOS, 2013, p. 1042).
2015	A14	O livro didático analisado, no que tange a representação da história e cultura africana e afro-brasileira, foi “superficial e insuficiente”, pois constatou-se “completa ausência de textos” sobre a temática. Os achados indicam que “a ausência e o silêncio transmitidos pelo livro didático tende a contribuir para o desencadeamento de um sentimento de inferioridade racial, por parte das crianças negras, e superioridade racial entre os/as alunos/as brancos/as”. Tais ausências contribuem para “a solidificação e perpetuação do racismo, operando de forma inversa às proposições de educação das relações étnico-raciais e da Lei 10.639” (SILVA, 2015, p. 16).

2016	A4	Dos 43 livros analisados, “as artes africana e afro-brasileira não ocupam um espaço considerável”. “As artes e os artistas africanos da atualidade não são mencionados e o excesso de representações de situações de escravidão enfrentadas pelos negros no País dificultam o trabalho de valorização da identidade e do reconhecimento de igualdade que estão legalmente estabelecidos”. Embora a escravidão tenha durado séculos no Brasil, as referências a ela “não esclarecem o valor da presença dos africanos no Brasil, nos mais diversos aspectos” (GUIMARÃES; ABREU-BERNARDES, 2016, p. 345).
2017	A5	A discussão realizada no artigo possibilitou compreender “como os discursos sobre o tráfico, a escravidão e as relações sociais e culturais foram interpretados em favor de uma história eurocêntrica, relegando a atuação do negro a um segundo plano”. Esses signos e imagens “servem a interesses unilaterais e foram produzidos para mantê-los” (SILVA FILHO, 2017, p. 75).
2018	A6	O livro analisado “representou as populações negras exclusivamente ligadas à escravidão”, “como se a sua participação no período republicado e sua atuação e colaboração fundamental na cultura, na ciência, na literatura, em todos os recortes históricos de nosso país, não fosse relevante. As mulheres negras aparecem nas imagens, mas, no texto do material didático não são mencionadas. Como se elas estivessem ausentes dos processos históricos” (SOUZA; SILVA, 2019, p. 493-494).
2018	A15	Os livros analisados enfatizam “os senhores do engenho, a casa-grande, as relações de produção, deixando de apresentar as lutas e resistências dos negros, seus conhecimentos, tecnologias, histórias e participação na construção e formação da nação brasileira”. Para “mudar os raciocínios e as posturas presentes na cultura escolar com vistas à superação do racismo”, também é necessário maior investimento na formação de professores, bem como a adoção de um currículo multiculturalista e intercultural (MULLER, 2018, p. 89-90).
2019	A16	A análise dos livros didáticos demonstrou que “a) a maioria das ilustrações apresentam o negro em quantidade bem inferior aos brancos e, quando este é trazido em pauta, é simbolizado em posição sem destaque ou com pouco prestígio social; b) foi detectado várias situações de preconceito velado, em que práticas de racismo são apresentadas com mensagem ideológicas de submissão e de dominação em relação aos sujeitos brancos; e c) a elevação de juízos valorativos em relação a cultura, saberes, religiosidade e práticas sociais africanas, afrodescendentes e quilombolas claramente expostas” (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1098).

QUADRO 03 – principais achados dos artigos pesquisados em cronológica

Fonte: A autora.

Tomando como referência as pesquisas anteriores à promulgação da Lei 10.639, de 2003, é possível observar que a representação simbólica dos negros nos livros didáticos estava majoritariamente relacionada à escravidão. Como ainda não havia a obrigatoriedade do ensino da história e cultural africana e afro-brasileira, poucas eram as referências aos assuntos relacionados à população negra. Quando retratada, geralmente estava relacionada a uma interpretação negativa, carente de história e/ou identidade própria. A partir de da inclusão de termos relativos à “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil” no currículo toda a educação básica, foram observados avanços, mas acompanhados ainda de uma sub-representação dos negros nos livros didáticos.

Os artigos escritos após 10 anos ou mais da efetivação da lei indicam que, a despeito de rupturas e transformações observadas em algumas disciplinas, muito ainda precisa

ser feito. Grande parte das obras didáticas analisadas nos artigos consultados seguem hierarquizando as diferentes etnias, colocando o branco como construtor da história, e o negro como o “outro”. Outras vezes, há o silenciamento ou abordagens que não dão conta de explicar a complexidade das relações étnico-raciais passadas e presentes. Mas por que, depois de tantos esforços de educadores, ativistas e mesmo do Estado para a positivação da população negra e o combate ao racismo, as permanências na representação simbólica dos negros são maiores que as transformações? A resposta desta questão aponta para uma questão estrutural, fundamental da sociedade brasileira, que perpassa a configuração dos fundos sociais de conhecimento – e, portanto, os saberes ensinados nas escolas por meio dos livros didáticos. Trata-se da noção de civilização e seu poder de invisibilização de discursos – e mesmo de existências – diferentes do seu padrão.

Segundo Elias (2011, p. 23), com a palavra civilização “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha”, como seu nível tecnológico, suas maneiras, sua cultura científica, enfim, sua visão de mundo. Esta definição está pautada principalmente no caso francês, onde os membros das cortes utilizavam tal expressão para exaltar as qualidades de seus próprios comportamentos, comparando “o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores” (ELIAS, 2011, p. 52). Com o tempo, o termo passou a caracterizar um tipo específico de comportamento, a partir do qual outras formas de conduta são julgadas – constituindo “um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie” (ELIAS, 2011, p. 59). Civilização, portanto, refere-se à autoimagem de um grupo (dominante nas relações de poder) e a utilização deste padrão para a estigmatização de outros, com expressões sociais e emocionais distintas das suas.

Quando o assunto são relações étnico-raciais no Brasil, a hierarquização com base naquilo que é mais ou menos “civilizado” é uma herança colonial que se arrasta ao longo dos séculos por servir aos interesses dos dominantes nas relações de poder. Assim, a mentalidade colonizadora vem silenciando toda e qualquer manifestação diferente do padrão branco ocidental. Entende-se, dessa forma, que a marginalização da cultura afro-brasileira “está visceralmente entrelaçada ao poder de enraizamento das verdades criadas pelos cânones da cultura europeizada”, materializado em discursos que continuam a “designar pejorativamente os negros, como seres humanos inferiorizados numa hierarquia onde o branco ocupa o topo da pirâmide” (JESUS, 2012, p. 148 e 146).

Nesse sentido, muito mais do que editais do PNLD que preveem a organização de materiais didáticos ausentes de racismo é preciso “o questionamento e a transformação da colonialidade do poder, do saber e do ser, sempre tendo consciência de que estas relações de poder não desaparecem, mas que podem ser reconstruídas ou transformadas, conformando-se de outra maneira” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 25). Efetivas transformações na representação simbólica dos negros só ocorreu a partir do momento em que outras lógicas de pensamento forem como possibilidades epistemológicas para além

da racionalidade eurocêntrica dominante. Faz-se necessária uma pedagogia decolonial, que possibilite debater a interculturalidade⁷.

Assim, se, conforme apontou Elias, as atitudes humanas são decorrentes dos saberes que as orientam, é fundamental uma educação que amplie os saberes, que promova o alargamento das redes de interdependência dos indivíduos. Mas, não basta apenas a inserção de novos temas dentro de uma estrutura em que o padrão epistemológico segue sendo predominantemente eurocêntrico e colonial, é preciso visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições; “repensar enfoques, relações e procedimentos em uma perspectiva nova (...)[; é] educar na pluralidade para a interculturalidade e valorização das identidades” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 33).

Em síntese, para que os termos estabelecidos na lei tornem-se prática corrente, livre de preconceitos e estereótipo, faz-se necessário eliminar a ideia de que existem humanos mais ou menos qualificados, mais ou menos “civilizados” de melhor ou pior categoria, para compreendê-los como seres da mesma espécie, cuja desigualdade foi construída socialmente. Somente com a modificação desta mentalidade colonial, que ainda hoje fundamenta o fundo social de conhecimento brasileiro, é que a representação simbólica da população negra (e de outros grupos não dominantes nas relações de poder) poderá, de fato, ser valorizada com real respeito e admiração por todos os brasileiros, pretos e brancos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundos de conhecimento são presentes em todas as sociedades humanas, mas variam de acordo com seus diferentes estágios de desenvolvimento. Esse conjunto de saberes possui fronteiras definidas, ainda que alguns de seus membros possam trabalhar para alterá-las. Além das limitações impostas pelas estruturas sociais e psicológicas da figuração, há a interferência das relações de poder sobre o campo das experiências possíveis, portanto, na definição dos conteúdos socialmente partilhados (ELIAS, 1994). Como ninguém pode saber sem adquirir conhecimento de outros, desde o nascimento elementos desse fundo comum são aprendidos pelos indivíduos (ELIAS, 1998) – incluindo a representação simbólica dos negros criada por sua sociedade. Além da aprendizagem por meio de interações sociais informais e não formais, a educação formal é grande responsável pelo ensino de temáticas selecionadas, consideradas fundamentais de serem aprendidas pelas próximas gerações.

Nessa perspectiva, os livros didáticos, por serem um dos principais recursos utilizados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem e por terem abrangência nacional, são responsáveis pela disseminação de representações simbólicas. É por essa razão que os livros didáticos estão na pauta de educadores e ativistas quando o assunto

⁷ A interculturalidade não se restringe à “mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva da transformação estrutural e sócio-histórica” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 27).

é igualdade racial, promoção da cidadania e combate ao racismo. A transformação dos conteúdos ensinados nas salas de aulas brasileiras pode contribuir, de igual maneira, para a modificação da representação simbólica dos negros no sentido de sua valoração como sujeitos de direitos absolutamente iguais aos demais grupos étnico-raciais.

Foi nesse sentido que houve a promulgação da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Embora tal legislação tenha contribuído para uma representação mais positiva dos negros, em situações sociais para além da escravidão, esta população segue subrepresentada nos livros didáticos. Apesar dos esforços de educadores, dos movimentos negros e mesmo do Estado, a inserção de novos conteúdos sobre a população tem se desenvolvido sobre uma estrutura que ainda hierarquiza brancos como os representantes da sociedade brasileira e os “outros”, predominantemente pretos e pardos.

Nessa perspectiva, entende-se ser necessária a transformação de um elemento basilar que sustenta o fundo social de conhecimento brasileiro: a mentalidade colonial. É preciso superar a “operação teórica que privilegiou a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo ocidente como os únicos legítimos e com capacidade de acesso à universalidade e à verdade” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 37). As demais formas de conhecimento, de existência, não são inferiores por serem diferentes do padrão europeu.

Uma vez que os fundos sociais de conhecimento podem ser submetidos a revisões e alargamentos (ELIAS, 1994), faz-se necessário construir novas bases para o fundo social de conhecimento brasileiro, superando o padrão atual, que hierarquiza e segrega segundo o tom de pele, que silencia a história e a contribuição dos negros para o desenvolvimento nacional visando a manutenção das relações de dominação. Somente vislumbrando igualdade de direitos e oportunidades sociais para todos, sem qualquer tipo de discriminação ou juízo cultural de valor nas relações de ensino-aprendizagem, é que a representação simbólica dos negros será ressignificada e os brasileiros pretos e pardos efetivamente valorizados como merecem.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

ELIAS, N. Envolvimento e Alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. Teoria simbólica. Oeiras: Celta, 1994.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. Revista OPSIS, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.W_gl_OhKjIU>. Acesso em 28 jun. 2021.

GUIMARÃES, T. M. S. G. S.; ABRU-BERNARDES, S. T. O desvelar da África em criações artísticas em livros didáticos de História do Ensino Fundamental. HOLOS, Ano 32, Vol. 2, 2016.

IFADIREÓ, M. M.; SOUZA, T. O.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; SOUSA, M. S. C. Educação intercultural e suas ambivalências com o estranho. Um estudo sobre a representação social do negro no livro didático. Rev. Mult. Psic. V.13, N. 43, p. 1081-1104, 2019

JESUS, F. S. O “negro” no livro didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

KILMINSTER, R. Introducción del editor. In: ELIAS, N. Teoría del Símbolo. Barcelona: Ediciones 62, 1994.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

MULLER, T. M. P. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95, maio/jun. 2018.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

ORIÁ, R. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História, Recife – PE, jul. 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica História. Paraná, 2008.

PINTO, R. P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

ROSEMBERG, F.; BASILLI, C.; SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SÁ, A. Nota do Tradutor. In: ELIAS, N. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SANTOS, W. O. Espaço de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná, Brasil. Ciênc. Educ., Bauru, v. 19, n. 4, p. 1027-1044, 2013.

SILVA FILHO, J. B. Abordagens ideológicas e historiográficas sobre o negro nos paradidáticos e didáticos. e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 10, n.º 1, Janeiro/Julho de 2017.

SILVA, A. C. As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes. s/d. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2a80cecae02ccf0480b55db2e4f61cf6.PDF>. Acesso em 27 mai. 2021.

SILVA, A. C. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão do 1º grau – nível I. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

SILVA, F. C. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. Revista África e Africanidades, ano 8, n. 20, jul. 2015.

SILVA, P. V. B. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. Educ. Pesq., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 127-143, jan./mar. 2013.

SOUSA, D. M.; SILVA, M. Mulheres negras, currículo e ensino de História do livro didático de Estudos Amazônicos. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 478-496, maio/ago. 2019.

TEIXEIRA, R. A representação social do negro no livro didático de História e Língua Portuguesa. s/d. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1408-6.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2021.

TRIUMPHO, V. R. S. O negro no livro didático e a prática dos Agentes de Pastoral Negros. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cataki 61, 66, 67, 69, 70

E

Economia solidária 61, 66, 67, 69

Educação básica 11, 13, 21, 24, 25, 72

Exclusão digital 61, 62, 63, 68, 69

F

Formação dos estudantes 45

G

Gestão do conhecimento 38, 44

Globalização 38, 39, 44, 48, 50

I

Identidade nacional 1, 2, 8, 9, 10

L

Livros didáticos 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

P

Problema ambiental 27, 30, 31, 32, 36

Problema social 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37

R

Relações étnico-raciais 11, 18, 20, 22

S

Sociologia 1, 2, 10, 14, 25, 27, 29, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 69

Sociologia do conhecimento 14, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Sociologia dos problemas sociais 27, 29, 32

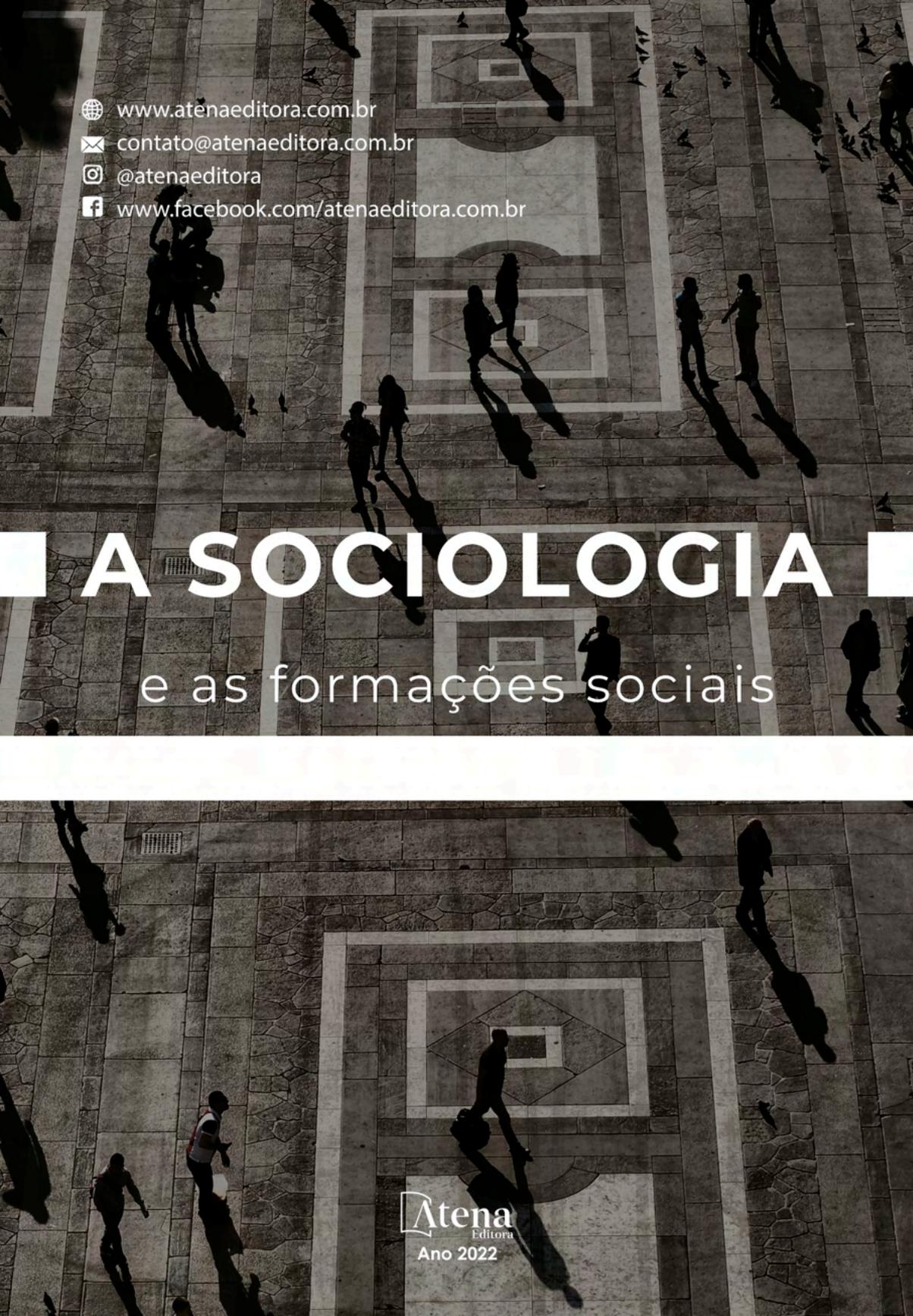


www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022